1.1. Practices of inclusion in formal and non-formal education contexts

SP - (18675) - ADEQUAÇÕES PEDAGÓGICAS NO ENSINO SUPERIOR: A VISÃO DOS PROFESSORES SOB A ÓTICA DOS ALUNOS

Selma Marquette Molina (Brazil)[1]; Rinaldo Molina (Brazil)[1]

1 - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Short Abstract

Nas últimas décadas uma emergência de práticas de inclusão educacional das pessoas com deficiência (PCD) e/ou dificuldades de aprendizagem (DA) (Organização das Nações Unidas, 1982, 1990, 1993, 1994, 2007; Organização dos Estados Americanos, 1999). numa educação de acesso ao contexto de prevenção, numa perspectiva educacional para perspectivas no PCDs/ensino permanentes no ensino nesseDs/educação superior.(Cabral & Melo, 2017; Lira, 2014; Moreira, 2005). O Brasil próximo aos direitos desses grupos(Brasil, 2001; Brasil, 2009)e, tem inclusiva no desenvolvimento do ensino de políticas superiores(Cabral, 2017; Justi & Linhares Hostins, 2020; Rossetto, 2008). Como instituições de ensino superior, para atenderem tal demanda, instituições internas(Pacífico & Martins, 2017)alicerçadas em cinco dimensões: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e pedagógica(Sasaki, 2009). Especificamente a dimensão pedagógica trata diretamente do papel do professor no processo inclusivo, entendendo ser ele responsável por **mediar o processo de ensino-aprendizagem** , pondo em prática adequações pedagógicas que eliminam as barreiras para a plena participação dos estudantes nesse processo. Assim, compreendendo que o professor não é o responsável, mas uma das pedras angulares para a realização de processos de inclusão, o objetivo da nossa comunicação é apresentar "o ponto de vista de um grupo de alunos PCDs/DAs sobre a visão O objetivo As adequações pedagógicas das necessidades são parte dos resultados de um estudo mais amplo, cujo objetivo é entender o processo de permanência e o sucesso geral deste grupo de alunos em uma instituição de ensino.Para tal foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva que teve como sujeitos 25 alunos, com laudo médico ou psicológico confirmando sua condição de PCDs/DAs, matriculados em cursos de cidade de uma universidade comunitária localizada na cidade de São Paulo/Brasil. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Para o tratamento e análise dos dados utilizamos o método de núcleos de significação (Aguiar & Ozella, 2013). Os dados de seus professores indicam que, sob os alunos PCDs/DA, assemelham-se a seis tipos de relações de relações de ensino de alunos: 1) Descrença 2) Dúvidas; 3) Falta de compreensão; 4) Desconhecimento; 5) Dificuldades para implantação e, por fim, 6) Compreensão das necessidades e facilidade para implantação. Por fim, seus professores treinam que parte de seus professores atendem suas necessidades, os indicam para um número expressivo de dificuldades enfrentadas para viabilizar uma oferta de adequações pedagógicas. Tal resultado tem ligação ensino direta com o locus de formação dos professores que não trabalham superior no Brasil.Por mestrado em nível de e doutorado, em pós-graduação stricto sensu, existe pouca atenção com formação pedagógica, programas(Cunha, 2008; Leite & Ramos, 2012). Essa falta atende diretamente aos professores quando exercem sua prática. Com isso, esses tempos de transição, se coloca um desafio para esses Programas: a criação de estratégias de desenvolvimento e aprendizagem docente para inclusão.

References

Aguiar, WMJ de, & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. R. Bras. Husa. Pedag., Brasília, 94(236), 299–322.
https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/?format=pdf&lang=pt
Brasil. (2001). Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União de 09/10/2001.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm
Brasil-Atos do Poder Executivo. (2009).Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União de 26/08/2009, 164 (seção 1), 3-9. https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf/view
Cabral, LSA (2017). Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e

práticas. Revista de Educação PUC-Campinas, 22(3), 371–387. https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n3a3826
Cabral, LSA, & Melo, FRLV (2017).Entre a normatização e legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em ensino superior brasileiro. Educar Em Revista, SPE.3, 55–70. https://doi.org/10.1590/0104-4060.41046
Cunha, MI da. (2008). O professor universitário na transição de paradigmas (Junqueira & Marin Editores, Ed.; 1ª ed., Vol. 1).
Justi, SRS e Linhares Hostins, RC (2020). Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na educação superior nos últimos dez anos. Jornal de Políticas Educacionais, 14(4), 1–15. https://doi.org/10.5380/jpe.v14i0.69913
Leite, C., & Ramos, K. (2012). Formação para a docência universitária: uma reflexão sobre o desafio de humanizar a cultura científica.Revista Portuguesa de Educação, 25(1), 07–27. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872012000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
Lira, D. (2014). Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades. X ANPED -Sul. http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/659-0.pdf
Moreira, LC (2005). In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades especiais em questão. Revista Educação Especial, 25(0), 37–48. https://doi.org/10.5902/1984686X4902
Organização das Nações Unidas. (1982). Resolução 37/82 Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes. http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm
Organização das Nações Unidas. (1990). Declaración mundial sobre la enseñanza para todos. Em Conferência de Jomtien. http://www.unesco.org/education/pdf/JOMTIE_S.PDF
Organização das Nações Unidas. (1993). Resolução n.º 48/96 - 20 de dezembro de 1993. Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm
Organização das Nações Unidas. (1994). Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 3-5.
Organização das Nações Unidas. (2007, 24 de janeiro). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [A/RES/61/106]. https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/general-assembly/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-ares61106.html
Organização dos Estados Americanos. (1999). Convenção a concessão de todas as formas de discriminação interamericana contra pessoas com deficiência. 7 de Junho. https://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-65.html
Pacifico, MVD, & Martins, NDSC (2017). A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: um desafio. Multitemas, 22(52), 67-91. https://doi.org/10.20435/multi.v22i52.1511
Rossetto, E. (2008). Políticas de inclusão no ensino superior no Brasil.Temas & Matizes, 7(13), 49–57.
Sassaki, RK (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, 12, 10–16. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319